

## *Relatório de pesquisa*

### **Transparência Brasil/Instituto Paulo Montenegro<sup>1</sup>/Ibope<sup>2</sup>**

Bruno Wilhelm Speck<sup>3</sup> e Cláudio Weber Abramo<sup>4</sup>

*Responsáveis pelo questionário:* Bruno Wilhelm Speck, Cláudio Weber Abramo, Fredrik Galtung, Johann Graf Lambsdorff.  
*Levantamento de campo:* 15 a 20 de março de 2001.  
*Abrangência:* Nacional.  
*Representatividade:* Regiões.  
*Imprecisão:* 2,2 pontos percentuais.

### ***Atenção: embargado até as 16h00 de quarta-feira, dia 9 de maio de 2001***

Pesquisa realizada pelo Ibope para a Transparência Brasil mostra que nada menos que 6% dos eleitores brasileiros receberam oferta de compra de votos durante as eleições municipais de 2000. Pior, 9% das pessoas que procuraram administrações municipais para resolver problemas foram confrontados com a condição de votar em algum candidato para que o serviço fosse feito.

Outros resultados da pesquisa:

- Nos últimos doze meses, um total de 4% das pessoas foi sujeito a pedido de propina por parte de funcionários públicos. A porcentagem sobe a 11% no grupo de pessoas com grau de instrução a partir de superior incompleto.
- A maioria dos brasileiros acredita que a corrupção nos planos federal, estadual e municipal piorou nos últimos dois anos. A avaliação sobre a corrupção federal é acentuadamente pior (mais de 10 pontos percentuais) do que a que afeta os dois outros níveis de governo.
- Apenas 20% das pessoas acreditam que o sistema educacional trata a corrupção na intensidade devida. A maioria (68%) é de opinião que o assunto deveria receber mais atenção da escola.

A pesquisa, realizada numa amostra nacional de 2000 pessoas representativas da distribuição por regiões geográficas do país, foi executada entre os dias 15 e 20 de março de 2001. O grau de imprecisão é de 2,2 pontos percentuais.

Importa observar que a pergunta sobre pedidos de propinas e as duas perguntas relativas a eleições dizem respeito a experiências pessoais, e não a percepções (como é o caso da primeira questão) ou opiniões (a última, sobre educação), o que fornece uma medida objetiva das práticas em questão.

O questionário foi elaborado por uma comissão formada por: Bruno Speck, cientista político, professor da Unicamp e membro do Conselho Deliberativo da TBrasil; Cláudio Weber Abramo, secretário geral da entidade; Fredrik Galtung, cientista político da Universidade de Cambridge (Inglaterra); Johann Graf Lambsdorff, economista e professor da Universidade de Göttingen (Alemanha), responsável pela preparação do Índice de Percepções de Corrupção divulgado anualmente pela Transparência Internacional.

---

<sup>1</sup> O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos criada pelo Ibope para desenvolver projetos na área de educação.

<sup>2</sup> A íntegra dos resultados da pesquisa pode ser encontrada no sítio <http://www.transparencia.org.br>.

<sup>3</sup> Cientista político, professor da Unicamp e integrante do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil.

<sup>4</sup> Secretário geral da Transparência Brasil.

### *Comércio de voto do eleitor nas eleições municipais de outubro de 2000*

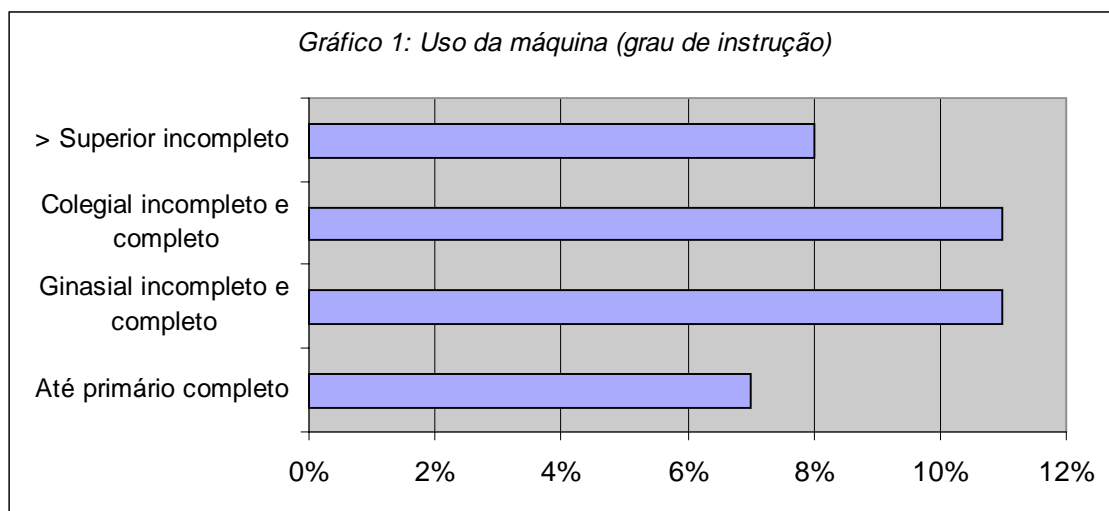
A troca do voto do eleitor por vantagens individuais é uma prática que subverte a democracia. Ao receber em troca dinheiro ou favores da máquina administrativa, o cidadão que deveria dirigir e fiscalizar a política através do seu direito de escolher e reprovando representantes acaba por abrir mão desse poder. Ambas as práticas, proibidas pela legislação, são denunciadas frequentemente durante o processo eleitoral no Brasil. Na última eleição municipal, uma nova lei até ampliou as possibilidades de punir a comercialização do voto. Mesmo assim, negociar o voto em troca de favores administrativos ou simplesmente comprá-lo como uma mercadoria continuam por fazer parte da realidade política brasileira, como mostra a pesquisa.

Observe-se que as duas perguntas eleitorais formuladas no levantamento não cobrem todo o universo da comercialização do voto. A questão referente ao uso da máquina enfoca especificamente benefícios visando o eleitor individualmente, atividade tipicamente intermediada por cabos eleitorais. Ela não relata o uso da máquina em obras eleitoreiras, com o objetivo de influenciar os eleitores coletivamente a favor de determinado candidato oficial. Quanto à compra de votos, a pergunta se refere especificamente à compra em dinheiro, deixando pouca margem a erros de interpretação – como revela a baixa taxa de abstenção. Por outro lado, a pergunta exclui toda a gama de compra de votos em que a moeda de troca são remédios, atendimentos médicos, material de construção, promessas de emprego etc, todas elas práticas correntes em eleições brasileiras.

A pesquisa mostra que, nas últimas eleições municipais, o uso da máquina administrativa esteve mais presente do que a compra do voto com dinheiro. A notar a diferença entre respostas “Não sei/Não opinou” entre os dois casos. No caso da pergunta relativa à compra de votos, somente 1% deixaram de responder, ao passo que essa porcentagem se elevou a 12% para a questão referente ao uso da máquina. É possível que isso se deva à incerteza quanto ao enquadramento de determinadas situações, criando dificuldades em separar o certo do errado.

### *Uso da máquina para fins eleitorais*

O **uso da máquina** é relatado por 9% do universo. Há variações moderadas dependendo do perfil do eleitor e da sua localização no país. Os eleitores com até 35 anos relatam mais propostas de favores administrativos (10%) do que aqueles acima de 50 anos (4%). O grau de instrução não imuniza contra o assédio de negociar o voto por favores administrativos. São os eleitores de instrução média (ginasial e colegial) que relatam mais casos de uso da máquina (11%). Tanto os eleitores de baixa instrução (até primário completo: 7%) como aqueles com formação superior (8%) ficam ligeiramente abaixo da média (Gráfico 1).



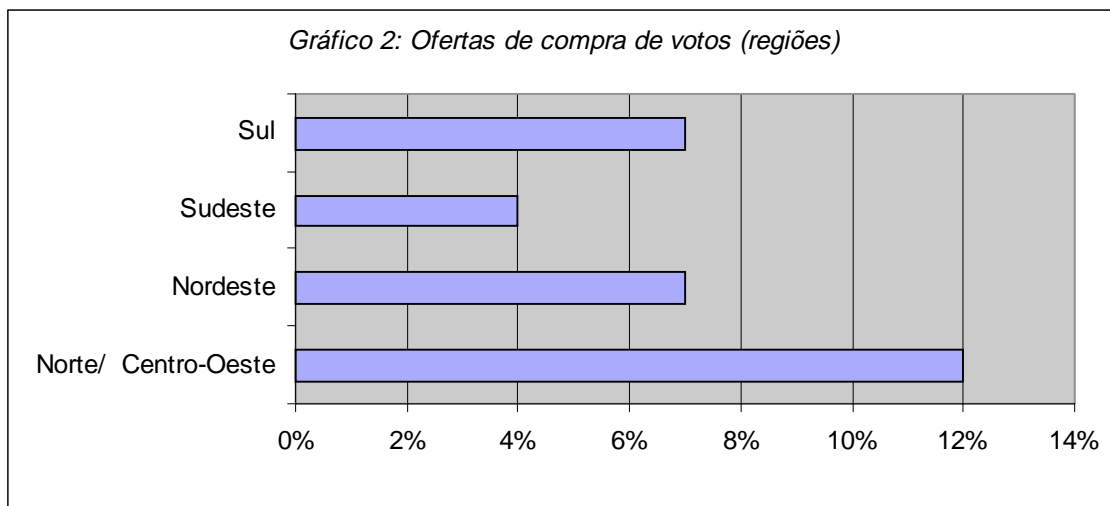
Vale destacar que o tamanho do município não tem grande impacto sobre o uso da máquina. Municípios acima de 100 mil habitantes (8%) são tão atingidos praticamente da mesma forma que os de médio (20 a 100 mil habitantes: 10%) ou pequeno tamanho (até 20 mil habitantes: 9%). Somente nas capitais dos estados essa taxa cai levemente para 7%, em comparação com municípios da periferia (10%) ou do interior (10%). Em relação à localização geográfica, os eleitores nos municípios do Nordeste estão na ponta, com 11% reportando tentativas de uso da máquina administrativa, comparados com os resultados no Norte/Centro-Oeste (8%), Sudeste (8%) e Sul (9%).

Dessa forma, a pesquisa revela que o uso da máquina administrativa em troca do voto do eleitor não é um fenômeno limitado ao interior e não atinge somente o eleitorado pobre e sem instrução. É uma prática amplamente disseminada pelo país, atingindo todas as localidades e todos os tipos de eleitores.

### *Compra de votos*

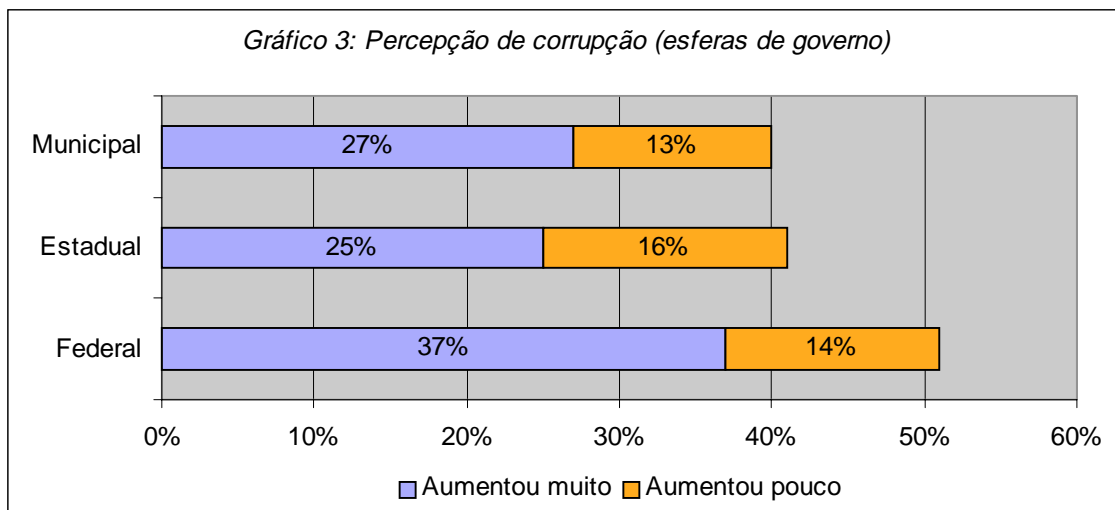
A **compra de votos** por dinheiro é relatada por 6% do eleitorado (o que representa aproximadamente 6 milhões de pessoas). Ela tende a ser maior entre pessoas de até 35 anos (9%) e na faixa de renda até 2 salários mínimos (8%). Em relação ao grau de instrução, os resultados reprovam mais uma vez o preconceito de que a educação imunizaria contra a prática de compra do voto. São os eleitores com instrução média (até ginásial, 9%, e até colegial, 8%) aqueles que mais relatam ofertas de dinheiro em troca do voto. Em relação à região, as variações são consideráveis. As regiões Norte/Centro Oeste despontam com 12% dos eleitores relatando propostas de compra de voto, o dobro da média nacional. No Nordeste e Sul são 7% e no Sudeste a taxa cai para 4% do eleitorado (Gráfico 2).

Os valores oferecidos variaram bastante, com maior incidência nas faixas entre 41-50, 51-100 e 101-500 reais. Dos que receberam a oferta, 31% afirmaram tê-la aceitado, mas a taxa dos que informam ter votado no candidato caiu a 25%.



### Percepção da evolução da corrupção nos dois últimos anos

Como mostra o Gráfico 3, a percepção de que a corrupção aumentou (no agregado de “aumentou muito” e “aumentou pouco”) nos últimos dois anos é significativamente maior em relação ao plano federal (51%) do que nas esferas estadual e municipal (41% e 40%, respectivamente).

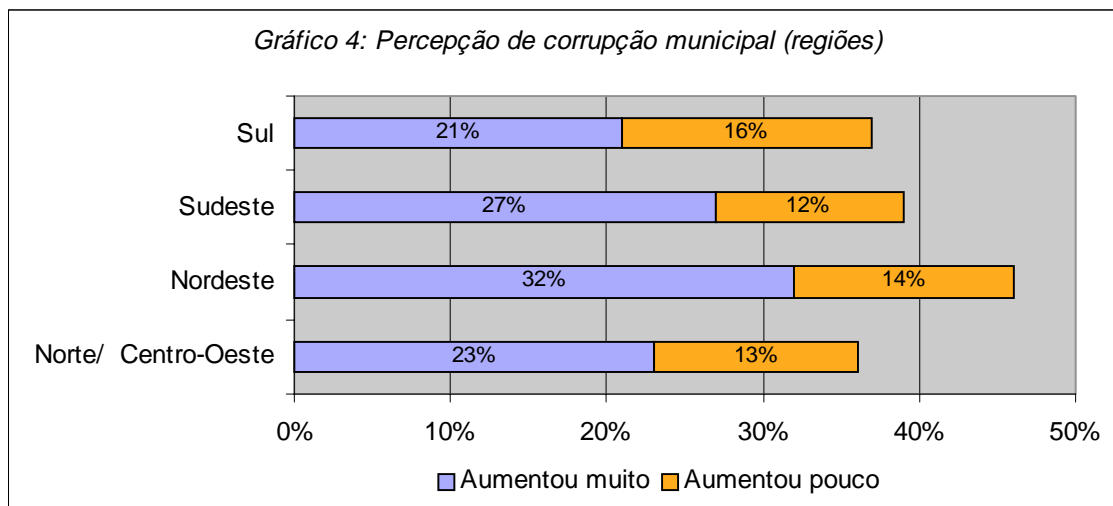


No que diz respeito à percepção de corrupção no plano **federal**, as avaliações mais desfavoráveis vêm dos seguintes grupos: idade entre 35 e 49 anos (54%); pessoas com grau de instrução colegial incompleto e completo (56%); renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos (59%); residentes em capitais (54%); região Nordeste (54%).

As avaliações mais favoráveis (respostas “diminuiu pouco” e “diminuiu muito”) corresponderam a: faixa etária entre 24 e 34 anos (9%); instrução superior completa ou incompleta (10%); renda familiar superior a 10 salários mínimos (11%); residentes em municípios do interior (10%); residentes em municípios de até 20 mil habitantes (11%); regiões Norte/Centro-Oeste (10%).

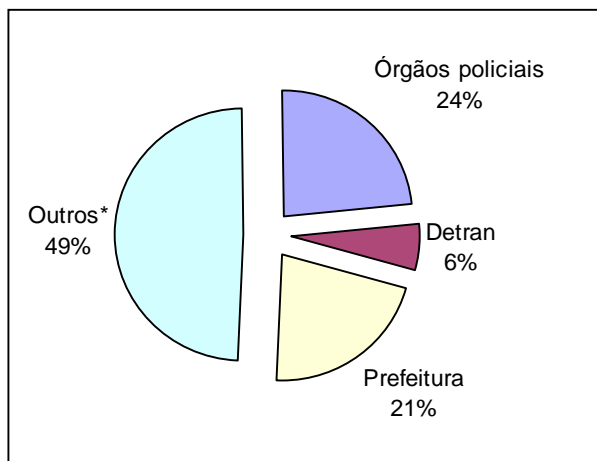
A percepção de que a corrupção no plano **estadual** aumentou (“muito” e “pouco”, 41% no agregado) é maior em capitais (44%) e na região Nordeste (45%). As avaliações mais positivas (“diminuiu pouco” e “muito”) vêm também de indivíduos residentes em capitais (12%); a região Sudeste (11%) responde pela melhor avaliação..

No que tange à percepção de corrupção no plano **municipal**, no agregado 40% consideraram que ela aumentou (“muito” e “pouco”), 36% que permaneceu a mesma e 12% que diminuiu (“pouco” e “muito”). O Gráfico 4 representa a distribuição de avaliações por regiões. O Nordeste, com 46%, exibe avaliação acentuadamente pior do que outras regiões. Ainda no plano municipal, são os habitantes de capitais (44% de “aumentou muito” e “aumentou pouco”) que pior avaliam a evolução da corrupção.



### Pedidos de propina

Um total de 4% de pessoas informaram que, nos últimos doze meses, foram alvo de pedidos de propina por parte de funcionários públicos para a execução de tarefas. Embora esse número pareça pequeno, na verdade não é, uma vez que só uma pequena parte das pessoas tem contacto com representantes do poder público. A título de comparação, a mesma pergunta, feita no ano de 2000 em dezessete países industrializados, resultou nas respostas representadas no Gráfico 5.<sup>5</sup>



**Gráfico 6**

Os organismos a que pertenciam funcionários achadores estão representados no Gráfico 6. Polícia, Detran e Prefeituras respondem em conjunto por mais de 50% das ocorrências (a categoria “Outros” pode incluir órgãos municipais).

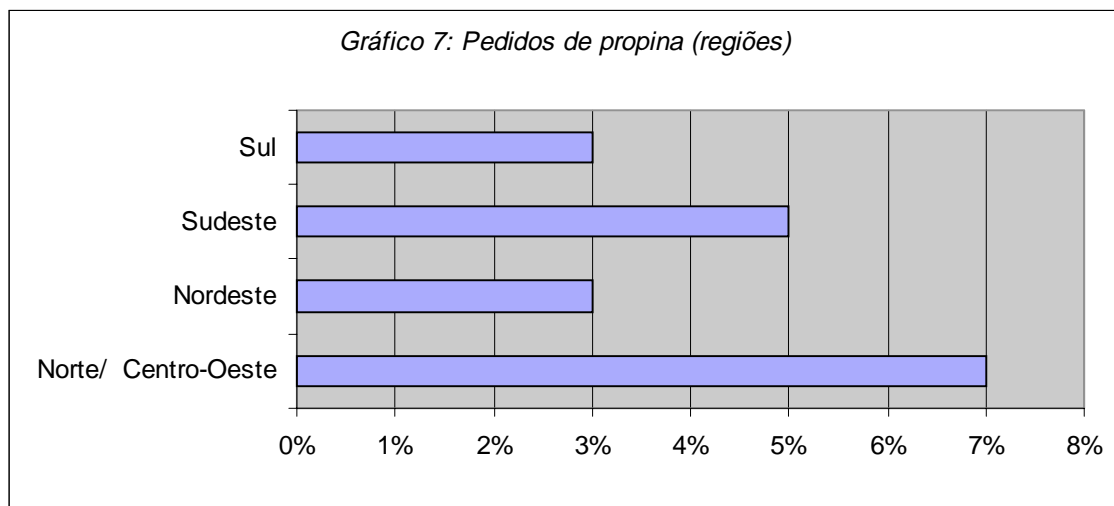
De forma geral, a experiência direta de cidadãos diz respeito à chamada “pequena corrupção”, aquela que é perpetrada por funcionários públicos individuais contra pessoas individuais e usualmente envolve pequenos montantes. A “pequena corrupção” é distinta da “grande corrupção”, a qual afeta licitações públicas, transferências de verbas, financiamentos em projetos especiais (como os da Sudam e Sudene), grande sonegação de impostos “apagada” pela ação de fiscais.

Importa observar que os grupos que reportam maior incidência de pedidos de propina são pessoas com grau de instrução superior incompleto ou maior (11%), e que essa experiência cresce com o nível de renda familiar: quanto maior a renda, maior a porcentagem (7% na faixa de mais de 10 salários mínimos). Essas são as pessoas que mais provavelmente têm necessidade de

<sup>5</sup> Johan van Kesteren, Pat Mayhew e Paul Nieuwbeerta: *Criminal Victimization in Seventeen Industrialised Countries – Key findings from the 2000 International Crime Victims Survey*. WODC: Haia, 2000.

resolver problemas com a administração pública. O problema é mais acentuado nas capitais dos estados (6%) do que em cidades do interior (3%) e da periferia de capitais (5%).

Conforme mostra o Gráfico 7, são as regiões Norte/Centro Oeste (com 7%) as que maior incidência exibem de ocorrência de achques, seguida pela Sudeste (5%).



### *Escola e corrupção*

Conforme os resultados do levantamento, a maioria das pessoas (68%) considera que o sistema educacional não trata a corrupção com a atenção devida. Essa opinião é mais prevalente nas faixas etárias de 16 a 24 anos e de 25 a 34 anos (ambas com 74%), e é tanto mais marcada quanto mais elevado o grau de instrução (83% para o grupo de pessoas com no mínimo curso superior incompleto). O mesmo comportamento se verifica no que concerne a distribuição da renda familiar (Gráfico 8): quanto maior a renda, mais freqüente é a opinião, que chega a 81% entre aqueles na faixa superior a 10 salários mínimos.

